

Etno-história e a Negação Ontológica da Diferença

João Filipe Domingues Brasil (UFGD)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a utilização da etno-história na superação da diferença ontologicamente negada através de uma investigação do percurso historiográfico da disciplina em um apanhado interdisciplinar. Partindo das leituras sobre o assunto nas obras de José Ribamar Bessa Freire, Tomaz Tadeu da Silva, Bruce Trigger e outros, a pesquisa analisa a historiografia da relação entre a antropologia e a história, especialmente no século XX, além de verificar quais os limites que permeiam essa interdisciplinaridade. A área de aplicação dessa nova ciência também direciona o trabalho, principalmente na questão do ensino de história na educação básica, além do seu tratamento na formação de professores de história nos cursos de graduação. Podemos observar que “Há 500 anos, os europeus aportaram no litoral, penetrando depois o interior, na busca da força de trabalho indígena. Encontraram resistência e destruíram muitas das sociedades locais e com elas suas línguas e seus saberes” (FREIRE, 2007:38), atitude que, segundo alguns estudos, causou uma das catástrofes demográficas mais consideráveis da história da humanidade. Além do Brasil, a partir do século XV, com nova intensidade no XIX, as “potências” europeias expandiram-se, colonizaram, espoliaram e exploraram inúmeros povos ao redor do mundo, em razão primeiro do mercantilismo, depois do capitalismo. Existe, contudo, uma questão legitimadora para esse processo: a da negação ontológica da diferença, onde a partir de discursos etnocêntricos e totalizantes, consideraram todos os povos humanos iguais, apenas em níveis de desenvolvimento diferentes, e promoveram a identidade europeia como modelo a ser seguido. É certo também que:

A historiografia ocidental, da qual a brasileira faz parte, desdenhou desde o seu início qualquer documentação verbal que não fosse escrita. De forma arrogante, padronizou este traço e universalizou o seu modelo de confiabilidade nos documentos escritos, fazendo

extensiva esta qualidade ao “resto” do mundo que foi encontrado no processo de colonização. (FREIRE, 2007:38).

Porém, “nos últimos quarenta anos, esta situação começou a mudar, com o surgimento da Etno-história” (FREIRE, 2007:38). A Etno-história nasceu da relação entre a história e a antropologia, justamente por velhas narrativas não corresponderem aos anseios da sociedade para com os povos ágrafos. Assim, a Etno-história configura-se como um novo campo de abordagem, tanto acadêmico, quanto metodológico, que pretende com suas pesquisas revelar a história de grupos que tem como saber institucionalizado a tradição oral. A pesquisa está baseada em uma investigação bibliográfica, até a análise do presente momento em que se encontram o estudo e a aplicação da história e da antropologia. Por ser um apanhado novo nesse campo científico, acredita-se que os resultados possam esclarecer e averiguar a pertinência de dúvidas ainda existentes em relação à essa especialidade, além de abrir novos campos para futuras investigações acerca desse assunto.

Introdução

A etno-história configura-se como um campo novo e polissêmico para a pesquisa da história indígena. Interdisciplinar em sua essência é tanto uma metodologia para o pesquisador, quanto uma disciplina acadêmica.

Sendo assim, a etno-história vem redimensionando as pesquisas sobre história e a historiografia indígena no Brasil. Com sua crescente utilização “é interessante observar que está em curso um processo de recuperação da tradição oral não apenas nas sociedades sem escrita, mas até mesmo naquelas que têm uma longa e forte tradição literária, derrubando os preconceitos sobre sua credibilidade” (FREIRE, 2007:39).

É importante também ressaltar que:

A Etno-história reconhece as profundas diferenças entre as sociedades essencialmente orais e as sociedades onde predomina a escrita, cada uma delas com formas distintas de armazenamento,

transmissão e produção do saber, o que exige procedimentos particulares de abordagem (FREIRE, 2007:38).

No Brasil, como consequência do aumento de interesse e de utilização da Etno-história, aos dez dias do mês de Março do ano de 2008, foi promulgada a lei federal que obriga o ensino da história e das culturas negras e indígenas nos Ensinos Fundamental e Médio.

O presente artigo tem por interesse pesquisar como a Etno-história contribui na superação da negação ontológica da diferença, além de verificar quais as consequências, sociais e acadêmicas, causadas por sua utilização, os limites de sua aplicação e as questões que podem ser reveladas por seu estudo. Será apresentado primeiramente o estudo sobre reciprocidade e diferença, em seguida uma caracterização do atual momento da Etno-história, e por último algumas considerações acerca do assunto.

1 Reciprocidade e Diferença

Quando analisamos o contato da civilização europeia com os povos ágrafos espalhados pelo globo, desde o século XV, de uma perspectiva histórica e antropológica, o que se destaca é a assimilação cultural do segundo pelo primeiro grupo. Tal assimilação não pode de forma alguma ser tratada, como já foi, como algo natural e inevitável, pois são claros os danos que foram causados aos povos ágrafos com tal atitude. Para que aconteça a mudança de tal prática, persistente até os dias atuais, a Etno-história se vale da reciprocidade.

A reciprocidade não é um conceito homogêneo, e pode ser utilizado tanto na abordagem, quanto na prática etno-histórica. Podemos observar que o conceito de reciprocidade consiste em utilizar a multiculturalidade como forma de assegurar a cada cultura sua especificidade, sem que haja perda de identidade de qualquer uma das culturas.

Sendo assim, o conceito de reciprocidade refletida na Etno-história vem se constituindo uma preocupação cada vez maior dos pesquisadores, e até mesmo de governos que adotam políticas de tolerância, sejam elas internacionais, comerciais, diplomáticas ou étnicas. Mas o que a reciprocidade reclama principalmente à

civilização ocidental, é sem dúvida, o respeito social pela identidade, e principalmente pela diferença daqueles que foram explorados, escravizados e espoliados por séculos, e é nessa perspectiva que a Etno-história se apresenta como a superação da diferença ontologicamente negada, pois é a partir dela que se procedem os estudos que se dispõem a reparar uma série de injustiças sociais cometidas por séculos.

Porém, tais políticas e tal interesse ainda permanecem aquém do necessário para que haja a reparação das injustiças e a manutenção do respeito por aqueles que ajudaram a construir a nação que conhecemos, vivemos e nos sentimos “donos”. O desafio da Etno-história é abranger um público cada vez maior, para que possamos construir um país de igualdade e respeito, para todos os brasileiros.

Como já citado acima, quando falamos de reciprocidade, e principalmente de reparo social das etnias indígenas e negras, recai sobre tal assunto outros dois importantes aspectos: o da identidade e o da diferença. Ao analisarmos essa questão “na perspectiva da diversidade, diferença e identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição” (SILVA, 2009:73). Porém, identidade e diferença não são naturais, são aspectos socialmente produzidos, muitas vezes impostos, intimamente interdependentes, e tem de ser analisados nessa perspectiva.

É natural tomar a identidade como referência e a diferença como uma derivação dela, pois a identidade é antes de tudo uma criatura de linguagem usada para simplificar ações. Por exemplo, quando falamos “sou branco”, tal afirmação de identidade nos exime de repetir uma imensa cadeia de diferenciações, como “não sou negro” ou “não sou indígena”. Porém, só será possível entender a identificação de “ser branco” se houverem diferenciações étnicas, e nessa perspectiva a diferença é tomada como referência, pois sem ela não haveria identidade. Tal dicotomia entre diferença e identidade permite concluir que apesar de serem aspectos sociais impostos, suas bases linguísticas não são suficientemente sólidas para fixá-las sem discussões a respeito da relação entre ambas.

Mas talvez a principal característica da identidade e da diferença foi ser historicamente imposta nas relações de poder. Durante séculos pudemos analisar que a cultura dita dominante impôs sua identidade sobre a da cultura dita inferior, e negando as diferenças reclamou o poder como natural para ela, fato esse que legitimou a prática da expropriação material e cultural dos povos ágrafos. Nesse sentido podemos afirmar que:

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 2009:81).

Quando o grupo que ascende ao poder afirma uma identidade e nega as diferenças, acaba por produzir diferenciações. Tais diferenciações servem para estabelecer o acesso aos bens sociais e definir o tratamento que cada grupo receberá segundo a sua identidade. Diante disso, o grupo situado ao poder estará sempre em melhores condições sociais, enquanto os ditos “diferentes” sofreram com pré-conceitos e até exploração, em razão da sua identidade, ou melhor, de suas diferenças. Nesse sentido, Silva (2009:82) afirma que “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados”.

Ao classificar e atribuir valores aos grupos é eleita uma identidade como modelo. As identidades que se diferenciam da “ideal” são discriminadas. Há algum tempo atrás, na nossa sociedade, um modelo de identidade ideal era o de “Homem, Branco e Heterossexual”, e qualquer diferenciação desse modelo era tido como “desvio”. À época do contato do europeu com os povos ágrafos no século XV, o

modelo de identidade era o de “Homem, Europeu, Branco e Cristão”, e claramente os indígenas não correspondiam a esse modelo, e logo, foram explorados, escravizados e dizimados.

Tais identidades usadas como “modelo” são fixadas à sociedade a partir de símbolos, muitas vezes narrativas, ou mitos, manobrados pela elite. Um exemplo claro do uso de um símbolo para fixar uma identidade, foi a da religiosidade cristã citada acima. Fica claro, portanto que identidade e diferença foram, e são, importantíssimas nas relações de poder social.

Identidade e diferença entendidas nos aspectos acima tendem à homogeneização, mas, como sabemos, elas são essencialmente heterogêneas. Nos últimos anos principalmente, tendências como a hibridização de etnias nos mostram que, assim como na questão da língua, a identidade imposta pelos grupos dominantes está alicerçada em bases que podem ser questionadas, subvertidas, e essa é uma das funções da pesquisa etno-histórica.

A representação da identidade está diretamente ligada a essa questão, pois, “é por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”” (SILVA, 2009:91). Considerando essa questão, podemos afirmar que a representação da identidade é definida pelo grupo que está no poder, e cabe a sociedade, e também ao etno-historiador, questionar tais representações e tais identidades, a fim de promover o respeito a todos.

Tais discussões em torno da identidade, e principalmente da diferença não podem se restringir ao âmbito acadêmico e tem de ser levadas à educação básica. O modo como essas discussões serão trabalhadas também precisa ser pensado, pois ainda precisam ser criadas teorias a respeito da identidade e da diferença. É necessário que tais assuntos componham o currículo das escolas, sendo conduzidos de forma que não afaste a diferença do outro, sendo sempre problematizado e debatido. Será dessa forma que alcançaremos resultados significativos enquanto a tolerância e ao respeito pelos grupos étnicos que compõem nossa sociedade.

2Etno-história: Perspectivas Atuais

Sabemos que a antropologia e a história são ciências humanas, e tem cada uma ao seu modo, a mesma finalidade: o conhecimento do homem pelo homem. Quando a civilização europeia choca-se com as sociedades ágrafas existentes pelo mundo, o que se constitui a priori é um discurso totalizante, que nega ontologicamente a existência da diferença, seja ela cultural, religiosa, política, ou outra qualquer. A consequência de tal atitude é a dizimação dessas sociedades, beirando seu desaparecimento, legitimado por discursos antropológicos e históricos, a fim de desenvolver as práticas colonialista e imperialista, visando principalmente lucros. Os indivíduos de tais sociedades que não eram dizimados sofriam a aculturação imposta pelas civilizações euro-americanas.

Mas, com o desenvolvimento ao longo do tempo da antropologia e da história, se verificou a necessidade de acabar com tal discurso universalizante e colocar em evidência a história dessas sociedades, respeitando sua cultura, que é diferente da cultura ocidental. Para suprir tal necessidade, surge no começo do século XX, da relação entre história e antropologia uma nova área de estudo, uma nova disciplina acadêmica, a Etno-história, que “estuda mudanças em sociedades ágrafas (sem escrita) desde os tempos dos primeiros contatos com o europeu, utilizando tanto as evidências documentais, como a tradição oral” (TRIGGERS, 1982:4).

Para seu desenvolvimento, a Etno-história usa instrumentos de abordagem e prática, tanto da história, quanto da antropologia e de outras ciências, por isso só pode ser compreendida e praticada em um apanhado interdisciplinar. Ao fazermos tais pontuações, fica claro que a Etno-história se torna indispensável para a superação da diferença ontológica negada. Vamos, portanto, caracterizá-la.

A Etno-história “pode ser considerada como um fenômeno relativamente novo” (TRIGGERS, 1982:4), tendo sido o termo utilizado pela primeira vez na Europa, na década de 1910, e a disciplina propriamente fundada nos Estados Unidos, na década de 1950. Sua prática só é desenvolvida nas Américas, parte da África e Austrália, lugares onde existem povos ágrafos, e não na Europa, onde o que se desenvolve é o estudo do “Folklore”, que se diferencia da Etno-história por

estudar as tradições da própria sociedade ocidental antes do advento do capitalismo. No Brasil, a disciplina vem ganhando cada vez mais espaço, tanto em pesquisas, quanto na academia, principalmente a partir da década de 1990.

Inúmeras discussões tem se desenvolvido sobre a relação entre Etno-história, história e antropologia. Em relação à história, como diferencial metodológico, podemos caracterizar que:

A Etno-história, por contraste, tem se desenvolvido como o estudo da mudança entre os povos indígenas, em oposição a História, que estuda as atividades dos europeus, tanto antes quanto depois que eles se instalaram em diferentes partes do mundo. (TRIGGERS, 1982:4).

Podemos observar ainda que “as técnicas requeridas para estudar a história dos grupos ágrafos, são diferentes daquelas necessárias para se estudar sociedades mais complexas que têm documentação abundante de seu próprio passado” (TRIGGERS, 1982:4), assim as “implicações ideológicas e sociais significantes são, portanto, inerentes à diferença entre História e Etno-história, tanto na América do Norte como em qualquer outra parte” (TRIGGERS, 1982:5).

Com relação à antropologia, a Etno-história não irá fazer parte de seu desenvolvimento evolucionista do século XIX, sendo desenvolvida aos poucos, no contato dos etnógrafos com os povos ágrafos durante o século XX, em suas diversas escolas elencadas na primeira parte deste trabalho.

Porém, a Etno-história só pode ser compreendida quando vislumbrada de uma ótica interdisciplinar, pois:

A dicotomia entre História e Antropologia transformou-se, portanto, na distinção entre uma disciplina que procurava descrever o progresso e o dinamismo dos povos e culturas, que eram de origem europeia e outra que procurava estudar culturas “inferiores” e “estáticas” dos índios americanos e ultimamente dos povos nativos no mundo inteiro. (TRIGGERS, 1982:5).

Essa interdisciplinaridade levanta outra discussão sobre a Etno-história, que recairá sobre os profissionais que desenvolverão sua prática. Certamente muitas dificuldades foram enfrentadas ao longo da produção da disciplina, pois, “inicialmente, a pesquisa etno-histórica era desenvolvida quase que exclusivamente por etnólogos que tentavam se familiarizar o melhor que podiam com as técnicas da historiografia” (TRIGGERS, 1982:7), o que não consistia uma tarefa fácil, pois sabemos ser grandiosa a diferença de um trabalho no campo e na biblioteca.

“Contudo, as pesquisas etno-históricas continuam sendo elaboradas em termos recentes, por pesquisadores, que tem por objetivo principal a História” (TRIGGERS, 1982:7), o que não constitui solução para o problema, pois se sabe a supervalorização dada pelo historiador ao documento, sendo a prática no campo essencial para afastar os perigos da produção de etnocentrismo.

Diante desse quadro, é importante pensarmos na formação da etno-historiadores, pois, a difusão da Etno-história é cada vez maior de um modo geral na sociedade, talvez, por tentar responder aos anseios dela, por mostrar a ela a história dos índios sul-americanos, que foram massacrados e destinados à extinção, mas que sobrevivem e cobram cada vez mais sua identidade frente ao etnocentrismo ocidental. A resposta para a questão da formação de etno-historiadores ainda precisa ser debatida e estudada, pois:

Quando leigos e historiadores, que tem como preocupação primordial a cultura euro-americana, comungam desta forma, podemos concluir que a pesquisa etno-histórica passou a gozar de uma importância tão grande que é desproporcional ao número de etno-historiadores (TRIGGERS, 1982:8).

Qual seria o motivo desse aumento de interesse dos pesquisadores e da sociedade pelos povos indígenas? Podemos pontuar que “grande parte desse interesse resulta do fato de que os povos indígenas criaram uma nova consciência sobre eles próprios entre os euro-americanos” (TRIGGERS, 1982:9), ou seja, os

próprios índios se fizeram ouvir dentro da sociedade, eles criaram essa consciência coletiva entre os não-índios.

Mas, ao mesmo tempo em que o fizeram, criticaram as produções etno-históricas existentes, dizendo que não se era possível um cidadão branco conhecer integralmente a cultura indígena, e que a reconstituição histórica, inclusive de etno-historiadores, não seria fidedigna, sendo utilizada para realizar desejos políticos. Não podemos de forma alguma julgá-los negativamente por tais afirmações, pois foi justamente o mesmo branco, que ao longo do tempo massacrou e dizimou os indígenas.

A aproximação entre índios e brancos, contudo, foi mantida, e ao se efetuar os estudos é necessário que “etno-historiadores e etnólogos devem estar preparados para cooperar com grupos nativos, mais ou menos dentro da perspectiva desses grupos, registrando seus mitos e crenças religiosas, se tal colaboração for solicitada” (TRIGGERS, 1982:10), para que a produção etno-historiográfica seja qualitativa para ambos. Podemos afirmar então que:

O desafio do etno-historiador é combinar um estudo respeitoso das visões indígenas tradicionais da história e da causalidade, com aquilo que nós consideramos como investigações etno-históricas e históricas mais convencionais. O estudo das tradições orais pode desempenhar um papel importante, servindo como ponte entre o espaço existente entre as duas abordagens (TRIGGERS, 1982:10).

A prática etno-histórica deve então ser fidedigna, e desenvolvida por instrumentos científicos satisfatórios, que não subjuguem os povos indígenas, não sirvam de instrumento de promoção política pessoal e nem produza etnocentrismo, pois, “As mesmas pressões sociais que criam um interesse pela Etno-história também impõem aos etno-historiadores uma responsabilidade moral coletiva para tal rigor” (TRIGGERS, 1982:13). Pode-se acrescentar ainda que:

Os principais controles na qualidade da pesquisa etno-histórica são metodológicos. Dentre eles os mais importantes são as técnicas

compartilhadas por todos os historiadores e tomadas emprestadas pelos etno-historiadores, que se referem à valorização das fontes e a compreensão das influências que elas receberam. Essas técnicas também garantem que as interpretações sejam verificadas com um corpus de dados suficientemente abrangente e que os dados que não sustentam a interpretação sejam também levados em conta tanto quanto aqueles que a sustentam (TRIGGERS, 1982:13-14).

É impossível pensar a Etno-história, sem pensar em história indígena americana, pois é em função da segunda, que a primeira sobre-existe, e “se queremos erradicar os preconceitos que produziram a diferença entre Antropologia e História no século XIX, devemos parar de falar na Etno-história como um corpo de conhecimento e em vez disso falar na História Americana Indígena” (TRIGGERS, 1982:16).

Compreender essa história dos índios na América é compreender a história colonial como um todo, e é fator primordial para deixar de partilhar do discurso totalizante etnocêntrico. Para o aprimoramento do conhecimento etno-histórico, cada vez mais se faz necessário partilhar, além da história e da antropologia, da arqueologia, pois, é por meio dessa última ciência que se pode conhecer a pré-história dos índios americanos, que por muito tempo se julgou indigna de partilhar dos estudos etnográficos e etno-históricos, mas que hoje é vislumbrada como parte fundamental de um todo, indispensável para entender a história indígena americana.

Dentre as contribuições que podemos atribuir à arqueologia, estão “muitos aspectos cruciais do comportamento humano. Isto inclui demografia, padrões de ocupação e habitação, troca, organização política e comportamento ritual, tanto quanto cultura material” (TRIGGERS, 1982:16). Se a história dos índios americanos não for levada em conta, a história colonial não pode ser corretamente compreendida, pois as duas englobam um todo.

A Etno-história é polissêmica, pode se traduzir como uma disciplina acadêmica, ou como abordagem para a reconstituição da história de povos ágrafos. Por esse motivo a definição e os limites da Etno-história seguem ainda hoje indefinidos, principalmente no Brasil, onde essa discussão é ainda mais recente.

Podemos concluir somente com tal caracterização, que a Etno-história é instrumento fundamental para a superação da diferença ontológica negada.

3 Considerações Finais

Os resultados que o presente trabalho pretende alcançar traduzem-se melhor nas questões elencadas, do que nas respostas apresentadas por ele. Qual a atual situação dos povos e comunidades tradicionais no Brasil? Quais políticas públicas vêm sendo adotadas para garantir a esses grupos uma posição de respeito em relação à sociedade brasileira? Como os professores de história podem atuar na educação básica para instruir a sociedade e garantir a aplicação de tais políticas? Essas são algumas das questões gerais que podemos apresentar.

Há também algumas questões específicas para citarmos. Até onde a Etno-história pode influir na adoção das políticas públicas? As instituições de ensino superior do Brasil devem abrir espaço pra Etno-história na graduação ou na pós-graduação? Como aumentar o interesse público e estatal pela Etno-história?

A solução de tais questões requer tempo e o aprofundamento de pesquisas, mas se constituem indispensáveis para a construção de uma nação sem preconceitos, onde todos sejam tratados com respeito e igualdade.

A certeza que podemos ter é de que a Etno-história nasceu nos anos de 1950, nos Estados Unidos, do diálogo interdisciplinar entre a história e a antropologia, e cresceu consideravelmente nos últimos anos, ao contar de uma nova maneira a história das etnias negras e indígenas na América e na África em abordagens como as de Karl Polanyi e Nathan Wachtel, rompe com antigos discursos excludentes e totalizantes, ajuda-nos a compreender corretamente o processo de colonização da América, e supera, ao menos no plano da narrativa, a negação ontológica da diferença, produto da assimetria das relações sociais.